

Moralidades midiáticas, drogas e violência no Brasil

Vanderlan Silva¹

Resumo: Este texto discute o processo de construção de sensibilidades da mídia brasileira sobre drogas e violência. Partimos de um conjunto de visões produzidas e veiculadas pela imprensa "policial", esta quase sempre se baseando em dados fornecidos pelas polícias militar e civil. Além de reportagens nas quais procuramos identificar os valores morais, através dos discursos proferidos por jornalistas para classificar suspeitos de crimes, estabelecemos o cotejamento dos dados apresentados pela mídia e polícias com dados oficiais de outras fontes, visando testar a veracidade das informações fornecidas pelos primeiros ao vincularem de maneira "automática" a relação entre uso de drogas ilegais e produção de homicídios. O trabalho foi desenvolvido a partir de fontes secundárias, tais como reportagens sobre criminalidade e dados estatísticos. Observou-se que não existe uma relação de causa e efeito direta entre o uso de drogas e violência homicida. **Palavras-chaves:** Mídia, drogas, violência e moralidade.

Abstract: This paper discusses the process of building sensitivities of the Brazilian media about drugs and violence. We start from a set of visions produced and published in the press "policial" is almost always based on data provided by military and civil police. In addition to articles in which we try to identify the moral values, through speeches by journalists to classify criminal suspects, established the comparison of the data presented by the media and police to official data from other sources, to test the accuracy of the information provided by the first to be binding in an "automatic" the relationship between illegal drug use and production of homicides. The work was developed from secondary sources such as reports on crime and statistical data. It was observed that don't exist a direct relaship of cause and effect between the drug and homicidal violence. **Keywords:** Media, drugs, violence and morality.

Introdução

Este artigo aborda a construção de sensibilidades por parte mídia nacional a respeito de drogas e crimes de homicídio nas cidades brasileiras. É comum nos programas jornalísticos do gênero policial a cobertura de crimes de homicídio nos quais suspeitos e vítimas são apontadas, recorrentemente, como usuários de drogas ilícitas. Mas até que ponto as investigações policiais e de outras fontes oficiais confirmam os prognósticos realizados pela imprensa no "calor da hora"? Em que medida os jornalistas problematizam as informações oferecidas por policiais e cidadãos que relacionam uso de drogas e homicídios? É possível se falar de consumo e comércio

¹ Antropólogo. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Paris Descartes (Sorbonne). Professor da Universidade Federal de Campina Grande e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da mesma universidade. Email: vanderlansilva@uol.com.br.

de drogas ilícitas de maneira linear? Não existiriam diferenças nas formas de consumir (assiduidade, dependência, lazer, etc.) e negociar drogas em contextos sociais distintos no Brasil?

E sobre as práticas de violência física e simbólica, são elas utilizadas da mesma maneira pelas classes pobres e pelos segmentos médios e ricos da população ou existem diferenças no seu emprego? Os programas policiaiscos contribuem para a crescente sensação de insegurança pública que vivemos no Brasil? Como? Esse gênero jornalístico participa em alguma medida da chamada indústria do medo?

Do ponto de vista das Ciências Sociais, é possível se estabelecer uma correção direta entre usos e comércio de drogas e homicídios no Brasil?

Quais são os caminhos percorridos pelos programas jornalísticos para construir suas performances e angariar índices crescentes de audiência?

A produção da sensação de insegurança pública

O Brasil vive hoje um quadro de violência epidêmica, o que significa que além de assustadores, os números da violência urbana mostram que estamos em situação de “descontrole social”, na qual as políticas públicas de segurança não têm sido capazes de reverter o quadro alarmante de homicídios nas últimas décadas. Paralelamente, tal situação indica um quadro de violência sistêmica e difusa que se espraia por toda a vida social, fazendo com que a violência seja largamente utilizada como instrumento de resolução de conflitos entre os cidadãos. Em 2014 foram assassinadas 53.289² pessoas no país, equivalendo a uma taxa de 26,3 pessoas mortas por grupos de cem mil habitantes. A título de comparação, a ONU considera taxas acima de 10 assassinatos por grupos de cem mil como quadro de violência epidêmica.

Boa parte desses crimes de morte foi noticiada cotidianamente nos jornais brasileiros, alimentando a percepção da insegurança pública na qual vivemos. Vejamos alguns casos.

Paulo Alcântara iria completar 19 anos na próxima sexta-feira. Vítima de homicídio na periferia no início da madrugada dessa terça-feira, ele foi alvejado próximo à casa de sua avó, com quem morava desde que sua mãe migrou para o Rio de Janeiro há 15 anos em busca de melhores condições de vida. Sua morte interrompeu a possibilidade de realizar o sonho de sua avó, Dona Anália, de “vê-lo formado na

² Ver Anuário Brasileiro da Segurança Pública 2015: 12.

universidade”. Não se sabe quem deferiu os três tiros que ceifaram a vida do jovem. A polícia suspeita que ele tivesse envolvimento com uso e comércio de drogas e pode ter sido vítima de acerto de contas. Na localidade, onde parece predominar a lei do silêncio, os moradores ouvidos pela reportagem não souberam informar se a vítima tinha envolvimento com atos criminosos nem fizeram qualquer revelação sobre os suspeitos do crime.

Folheemos o jornal para ler uma segunda notícia sobre outro crime de homicídio. Era por volta de 10h00minh da manhã quando uma moto com dois homens parou abruptamente ao lado da vítima, Rogério Simões, e deflagraram cinco tiros, três dos quais atingiram a vítima, que foi socorrida para o hospital regional na ambulância do SAMU. A vítima morreu durante o trajeto para o hospital. Segundo um policial que pediu para não ser identificado, as características do crime indicam que se trata de crime típico de queima de arquivo ou de rixa. O agente da Polícia Civil afirmou que as primeiras investigações se concentram nessa direção e que apuram ainda o envolvimento da vítima no assalto a um mercadinho na cidade de Esperança-PB, no mês passado, quando foi subtraída a quantia de R\$ 6.000,00. Na ocasião a proprietária do estabelecimento, Edileuza Vasconcelos, foi ferida com um tiro, tendo sido submetida à cirurgia para retirada da bala que se alojou em baixo da clavícula.

Continuemos um pouco mais nossas leituras matinais e vejamos a última notícia sobre o assassinato do jovem morador da comunidade do Pedregal, em Campina Grande-PB. Segundo moradores entrevistados pela reportagem na manhã do último sábado, foram ouvidos vários tiros por volta das 3:00h, pouco tempo depois do tiroteio ter cessado, começaram a correria e os gritos por socorro. Na rua do beco de baixo havia muito sangue nas calçadas e algumas paredes estavam perfuradas a balas. A noite de terror vitimou letalmente o jovem de 22 anos Severino Trindade, conhecido na localidade como “Zé Pitomba”. Embora os familiares afirmem que Zé Pitomba não tinha envolvimento com drogas, a Polícia Civil acredita que por ser uma área com forte presença do tráfico de drogas, especialmente venda de maconha e crack, a vítima pode ter sido morta por causa de enteveros ligados à criminalidade de entorpecentes.

Eventos³ semelhantes aos três acima narrados ilustram cotidianamente as páginas de muitos jornais matutinos do Brasil, assim como compõem os programas

³ As três histórias acima relatadas são miscelâneas de reportagens em jornais vespertinos, rádios e tv's do estado da Paraíba.

radiofônicos e as edições dos principais jornais televisivos dedicados exclusivamente à temática da violência no Brasil. Os três eventos mantêm semelhanças tanto nas principais características das vítimas, bem como nas visões produzidas por jornalistas e policiais: Crimes praticados em áreas periféricas das cidades, vitimando jovens do sexo masculinos, moradores da localidade, provavelmente com baixo nível de escolaridade.

As descrições jornalísticas apresentam prognósticos das autoridades policiais em apontar a suspeita de envolvimento das vítimas com o “submundo” da criminalidade, especialmente com o uso e o tráfico de drogas ilícitas. Tais prognósticos, a título de hipóteses, quase sempre se tornam “conclusões”, mesmo que os crimes não sejam devidamente investigados e esclarecidos. Essas “conclusões” não são exclusivas do aparato policial. Entre os profissionais da imprensa, a polícia funciona como principal fonte de informações, o que induz muitos jornalistas a reproduzir as hipóteses levantadas pelos prognósticos policiais como a “verdade dos fatos”.

O problema das investigações sobre os homicídios e, por conseguinte das reportagens, é que boa parte delas não leva em conta o baixo índice de resolução dos crimes contra a vida no Brasil. De acordo com levantamento⁴ feito pela Polícia Civil do Paraná, mais de 70% dos crimes de homicídios praticados em Curitiba no ano de 2011 vitimaram usuários ou traficantes de drogas. Os números parecem assustadores e apontam uma relação estreita entre uso de drogas e homicídios. Todavia, mesmo se tratando de caso particular, o de Curitiba, somos levados a pensar se não seriam tais números produzidos a partir de percepções e práticas comuns àquelas utilizadas pelas demais polícias estaduais em todo o país? E por isso mesmo poderiam ser vistas como “boa” amostra das estatísticas policiais no Brasil?

Ora, segundo a Federal Nacional das Polícias Federais, o índice de resolução dos homicídios no país é de 5% ⁵, sendo os demais casos arquivados pelas mais variadas razões, que vão desde autor desconhecido a provas insuficientes.

Os dados produzidos pela Polícia Civil do Paraná estão em sintonia com a visão comum amplamente divulgada pela mídia nacional, nos seus mais variados formatos, segundo a qual a maior parte dos crimes de homicídios está diretamente ligada ao uso e comércio de drogas ilegais. Lugar comum entre as forças policiais e os operadores do direito, essa visão encontra campo fértil em muitos setores da sociedade brasileira.

⁴<http://www.gazetadopovo.com.br/especiais/paz-tem-voz/droga-causa-77-dos-homicidios-9dgb4ldc3wfdvbkce6rztqtzi>. Acesso em março de 2016.

⁵ <http://fenapef.org.br/fenapef/noticia/index/44228>. Acesso em março de 2016.

Todavia, tal assertiva tem pés de barro e não resiste a mais superficial das análises. Se tomarmos os dados da entidade dos policiais federais, segundo os quais 95% dos homicídios permanecem “insolúveis”, veremos que a afirmação da polícia paranaense é apressada e simplista, na medida em que se baseia em impressões empíricas, imediatas e reduz a complexidade da violência letal brasileira ao universo das drogas ilícitas. E mesmo quando pensamos exclusivamente no caso de Curitiba, há muitas razões para se duvidar da veracidade de tais números.

Quando cotejados com outros dados, tais como os percentuais de resolução de homicídios, os números apresentados pela Polícia Civil paranaense se mostram frágeis. Porém, é certo que a percepção de que o uso e o comércio de drogas ilegais tem forte relação com crimes de morte expressa posturas comuns nas representações dos agentes policiais, seja nas investigações ou nas explicações das múltiplas motivações presentes nos casos de homicídios país afora. Prognóstico comum que rapidamente se torna diagnóstico definitivo, especialmente se a vítima tiver marcas de estigma social recorrente: jovem, homem, preto, pobre e morador da periferia⁶. Por um lado, o uso de drogas serve de clichê para a “eficiência” das investigações, nas quais a um só tempo se levantam hipóteses sobre vítimas e suspeitos: usuários de drogas. Subliminarmente, a vítima é corresponsabilizada pelo ocorrido, na medida em que deveria ter se dado conta de que se envolver com drogas implicaria, possivelmente, se colocar num lugar perigoso frente ao mundo da criminalidade.

Explicação recorrente que encontra que encontra campo fértil numa sociedade na qual 50% da população acreditam que “bandido bom é bandido morto”⁷.

Os números produzidos pela Polícia Civil do Paraná embora não possam merecer credibilidade enquanto amostra estatística dos crimes de homicídio no país, devem ser vistos como resultados de valores e práticas presentes no universo policial e em certo grau na população brasileira. E por isso podem nos ajudar a pensar.

⁶ Para maiores informações ver Diagnóstico dos homicídios no Brasil : subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios / Cíntia Liara Engel ... [et al.]. -- Brasília : Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2015.

⁷ Ver pesquisa recente publicada no Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015. Ano 9. Fórum Brasileiro da Segurança Pública. São Paulo: 2015

O fato de alguém consumir drogas ilícitas o torna potencialmente mais vulnerável ao homicídio do que não usuários? Por quê? Em quais circunstâncias? Os usuários de todos os segmentos e classes sociais correm riscos semelhantes ou há diferenças entre eles que contribuem para níveis diferenciados de vulnerabilidade? Os homicídios no Brasil atingem todos os segmentos sociais com a mesma intensidade? Todos os usuários consomem drogas do mesmo jeito e com intensidades semelhantes ou seria possível falar de usos no plural, a partir de suas inserções e práticas ligadas ao consumo de drogas?

Os trabalhos de Taniele Rui (2014) e de Ygor Diego Delgado Alves (2015) dedicados à análise das formas de interação entre usuários de crack em São Paulo mostram que esses universos são compostos de forma plural, desde as origens dos usuários, passando pelas práticas cotidianas, chegando até as maneiras como lidam com o crack. Figura comum na percepção geral sobre usuário de crack, o *noia* é descrito pelo senso comum como o típico usuário de crack. Ao contrário, do lugar comum, Rui (2014) mostra que o *noia* não é tipo habitual de usuário de crack, mas uma figura singular nesse universo, que se caracteriza por se mostrar com uma imagem degradada de seu corpo.

Outra visão recorrente sobre os usuários de crack é que todo ele seria necessariamente dependente químico, uma vez que por ser a substância inalada, essa seria rapidamente absorvida pelo organismo e por seu efeito passar igualmente rápido⁸, criaria a necessidade imediata de mais consumo. Para Alves (2015), essa visão não se sustenta. Segundo seu relato, durante suas pesquisas de campo na área conhecida como cracolândia, em São Paulo, ele conheceu pessoas que tinham o que ele nomina de “dependência social”, ou seja, elas tinham “carência da ambiência” com a qual haviam se habituado e onde podiam reencontrar amigos de outrora. Segundo ele, não era necessariamente nem exclusivamente o crack que motivava essas pessoas irem até lá, mas laços de proximidade e de pertencimento a uma comunidade na qual o consumo do crack se apresenta como um dos elementos cuja presença não deve ser subestimada, mas certamente também não pode ser superestimada.

A visão genérica que predomina na sociedade brasileira é que todo usuário de crack é necessariamente uma *noia* e dependente químico, também conhecido de maneira

⁸ Ver a respeito <http://mdemulher.abril.com.br/saude/soueu/entenda-como-o-crack-vicia-e-saiba-como-tratar-um-dependente>. Acesso em março de 2016.

estigmatizadora como viciado em drogas. A mesma lógica é empregada para classificar os usuários de outro tipo de drogas acessível aos segmentos de baixa renda, os chamados maconheiros.

Como espero ter ficado claro nas linhas acima, é desnecessário reafirmar que tais classificações são reducionistas e discriminatórias contra os segmentos mais pobres e excluídos da população brasileira. Visões preconceituosas que diariamente são reproduzidas e reforçadas pelos inúmeros apresentadores de programas policiaiscos presentes em todo o país. Jornalistas como José Luiz Datena, Marcelo Resende, em rede nacional ou apresentadores tais como Cyro Robson, também conhecido como Papinha, no Rio Grande do Norte, José Cláudio e Samuka Duarte, na Paraíba, são exemplos recorrentes de apresentadores que ganham a vida contando e “cantando” as mazelas dos crimes ocorridos em nossas cidades. Esses programas prestam “relevantes” serviços à sociedade brasileira, especialmente àquela parcela mais conservadora da população, que acredita que “bandido bom é bandido morto”.

Muitos dos eventos noticiados nesses programas são exibidos no “calor da hora”, pouco tempo depois do acontecido, sem que investigações policiais tenham sequer ganhado curso. Todavia, isso não constitui impedimento para os apresentadores lançarem ao vento suas certezas sobre a vida da vítima ou dos suspeitos. Se a vítima for moradora da periferia e foi morta em situação sobre a qual não há informações concretas, a chance de ser apontada como tendo sido usuária de drogas e eventualmente criminosa é grande. Igualmente, o suspeito, quando é identificado, (o que nem sempre ocorre, como vimos) sobre o qual não deveria haver senão uma suspeição é muitas vezes chamado de meliante, “cavalo do cão”, “filho do capeta”, “câncer da sociedade”, apenas para citar três expressões empregadas por apresentadores ao adjetivarem os suspeitos de cometimento de algum crime.

A produção desses programas procura conquistar a audiência recorrendo a uma fórmula que junta as narrativas dos dramas da violência urbana com momentos de descontração e humor. Para isso, alguns apresentadores não hesitam em assumir o papel de humorista. Por vezes, se auto atribuem a função de justiceiros e de defensores da sociedade, proferindo agressões verbais e promessas de vingança contra suspeitos.

Através da difusão cotidiana que fazem das ocorrências criminais os programas radiofônicos e particularmente os programas televisos do gênero policiaisco alcançam grande poder de penetração nos lares das cidades brasileiras, o que faz deles

instrumentos importantes na construção das sensações de insegurança que vivemos nos espaços públicos.

Ao mesmo tempo em que conquistam audiência, muitos apresentadores se colocam como garoto propaganda de um leque grande de produtos e serviços que visam oferecer proteção contra a sensação de insegurança, que paradoxalmente ajudam a construir. São propagandas de cercas elétricas, portões eletrônicos, câmeras, serviço de segurança privada, condomínios com segurança 24 horas. E não se restringem a produtos diretamente ligados à sensação de insegurança. Entram no leque das propagandas lençóis, roupa de banho, creme dental, suplementos alimentares, até planos de saúde.

Na capital paraibana, onde o apresentador Samuka Duarte atinge altos níveis de audiência, seu rosto pode ser visto em toda a cidade, estampando *outdoors*, anunciando condomínios de moradias e serviços de policlínicas.

As falas, os discursos da imprensa dedicada a esse gênero de programas têm impactos sobre a percepção das pessoas em relação à violência, fazendo com que muitas dessas se portem no dia a dia a partir do que veem em tais programas.

Os programas policiaiscos, como bem disse Foucault (1987), tem por função mostrar como os indivíduos “criminosos” são indivíduos desgarrados dos laços sociais, desapegados da família e dos amigos.

Ao apresentar a realidade pela ótica de suas lentes, tais programas se constituem como elos de ligação entre a indústria do medo. Indústria que alimenta a sensação de insegurança pública ao mostrar a sociedade como violenta (e abandonada pelas autoridades) e parcelas da população que submetidas cotidianamente ao excesso de notícias negativas percebe que precisa e quer se proteger e não vendo outro caminho, se engaja na lógica dos serviços privados de proteção. É uma solução individual para problemas coletivos, que deve ser entendida por analistas sociais como respostas dentro de uma lógica mercadológica que fertiliza constantemente o medo da violência urbana através de uma indústria do medo, que atua em muitas frentes. E, paradoxalmente, mesmo recorrendo aos serviços privados de segurança muitos cidadãos continuam se sentindo inseguros nos espaços públicos.

A sensação de insegurança se espalha por toda a sociedade brasileira, mas ela não afeta os vários segmentos com a mesma intensidade. Se tomarmos como exemplo o caso dos crimes de homicídios, veremos que os principais atingidos são os segmentos

mais pobres da população. Entre os quais se destacam como vítimas diretas os jovens entre 15 e 24 anos, negros, solteiros e com baixa ou nenhuma qualificação profissional.

Com efeito, os principais acusados são na maioria dos casos identificados, oriundos desses segmentos sociais, incluindo-se aí os agentes policiais, cujo índice de letalidade não deve ser subestimado, embora o baixo índice de resolução de homicídios no Brasil não nos permita precisar o grau de responsabilidade da polícia, em especial a Polícia Militar na produção dos homicídios no país.

O relatório da Anistia Internacional⁹ “Você matou meu filho”, aponta que em 2014 a Polícia Militar foi responsável por 15,6% dos casos de homicídios na cidade do Rio de Janeiro.

Vive-se assim um ciclo vicioso no Brasil, no qual se mata muito, pouco se identifica e se condena os autores dos homicídios. As forças policiais, em especial a militar, que deveriam ter papel relevante no combate às mais distintas práticas delituosas no país, acabam se constituindo como variável adicional nesse processo, na medida em que sua capacidade de resolver problemas estar diretamente atrelada às práticas de tortura, letalidade e ações que fogem ao que prescreve o ordenamento jurídico.

Assim, no tocante à criminalidade que assola o país, o estado brasileiro, particularmente os entes federados parecem agir como expectadores privilegiados que assistem de longe a mortandade que atinge os segmentos jovens, negros e periféricos de nossas cidades. Na prática os segmentos mais vulneráveis à violência urbana vivem entregues “ao léu”. Contudo, as mesmas forças policiais que ora produzem investigações genéricas e fazem diagnósticos superficiais para os homicídios entre os segmentos mais pobres, utilizam os melhores e mais modernos¹⁰ recursos para elaborar diagnósticos complexos, visando resolver investigações criminosas que envolvem indivíduos pertencentes aos setores mais abastados. A diferença de práticas e resultados responde ao poder de pressão e de mobilização das forças políticas em torno de suas causas, incluindo-se aí a mídia.

Democracia e violência no Brasil

⁹ Você matou meu filho!: Homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro/Anistia Internacional. – Rio de Janeiro: Anistia Internacional, 2015.

¹⁰ Cito de passagem a investigação sobre a morte da menina Isabella Nardoni, ocorrida em Guarulhos no ano de 2008, na qual o Polícia Civil paulista fez uso de recursos técnicos que estão entre os mais modernos do mundo.

A violência física¹¹ praticada no Brasil expressa as contradições presentes na sociedade brasileira. Em outras palavras, é uma violência antidemocrática, que atinge desigualmente segmentos distintos da população.

No estudo¹² publicado pelo Ministério da Justiça do Brasil em outubro de 2015, nota-se que as desigualdades econômicas são gritantes no país. Para não citarmos mais do que três estados da região nordeste, vemos que os 20% mais ricos da população no do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba detêm 64,14%, 64,02% e 63,99% das riquezas, respectivamente. Nas capitais desses estados o quadro se reproduz. Em Fortaleza, os 20% mais ricos são donos de 66,6%; em Natal eles detêm 66,2% e em João Pessoa eles possuem 66,6% das riquezas municipais. Nas três principais cidades do interior desses estados o quadro sofre pequena alteração. Em Juazeiro do Norte, os 20% mais ricos são donos de 58,3%; em Mossoró eles têm 57,6% e em Campina Grande eles possuem 62,9% das riquezas.

Quando pensado em relação ao uso da violência física, o maior poder econômico possibilita um uso amplo de mecanismos indiretos (e simbólicos) de resolução de conflitos. E, neste caso, paradoxalmente, a violência física, em especial a letal, atinge de maneira avassaladora os segmentos mais pobres da população, aqueles 80% que tem que dividir menos de 40% das riquezas locais.

A título de ilustração, cito duas¹³ pesquisas realizadas respectivamente em Mossoró-RN e em Campina Grande-PB entre os anos de 2008 e 2010. Na cidade paraibana, entre os anos de 2009 e 2010 foram assassinadas 327 pessoas. Entre essas 67% tinham entre 15 e 29¹⁴ anos. Mais da metade das vítimas era solteira e 80% residiam em bairros de baixa renda. 57% delas sequer tinham concluído o ensino fundamental e apenas uma tinha curso superior. Dentre as vítimas cuja referência à cor da pele constava nos BO's, 66% eram negras e 93% eram do gênero masculino.

¹¹ Aqui tratada com sinônimo de agressividade, que pode levar a vítima a óbito. Ressalte-se que por causa do grande número de subnotificações crimes como furto e roubo são de difícil dimensionamento estatístico. Ao contrário dos crimes de homicídio, cujo registro independe da vontade de familiares ou amigos. O sociólogo Sergio Adorno (1998) assevera que as subnotificações são absolutamente superiores aos casos registrados, pois a população não acreditando que haverá uma solução para os seus caso, não faz BO's.

¹² Op. Cit. 2015. pp. 61-2

¹³ SILVA, Vanderlan. A lógica perversa da produção de homicídios em cidades de porte médio no Brasil. Paper apresentado no XVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS 2011. A pesquisa sobre Mossoró foi publicada sob o título "Violência urbana e homicídios em cidades de porte médio no Nordeste brasileiro: Mossoró" durante o XIV CISO - Encontro de Ciências Sociais Norte e Nordeste, realizado em Recife, 2009.

¹⁴ Nesse texto trabalhamos com a definição da Secretaria Nacional de Juventude que considera jovem todos os que têm entre 15 e 29 anos.

Na pesquisa aludida a Mossoró, a realidade não se apresentou muito distinta do quadro campinense, tampouco a configuração dos homicídios nessas duas cidades, assim como nos demais recantos do país mudou desde então. Ao contrário, a violência letal apresenta padrões de continuidade nas últimas décadas no Brasil, particularmente nas características das vítimas. Observa-se, contudo, uma migração dos crimes de homicídios do eixo sul-sudeste para as regiões norte-nordeste, e das metrópoles em direção às cidades do interior.

No documento publicado pelo Ministério da Justiça¹⁵ essas duas regiões aparecem como responsáveis por mais da metade (50,6%) dos homicídios praticados no país em 2014.

A forte migração dos crimes em direção ao interior do país não alterou o perfil das vítimas outrora atingidas nas grandes cidades brasileiras. Aqui, como acolá, hoje como outrora, o texto é redundante, tal como a realidade, ao mostrar que continuam sendo os pobres os mais atingidos, em especial os jovens negros, que representam 83,3% das vítimas nas regiões Norte e Nordeste, do gênero masculino, solteiros e com baixo nível de escolaridade.

Em parte essa migração está vinculada a fatores como crescimento econômico das regiões Norte e Nordeste nas últimas décadas, o que proporcionou aumento do poder de consumo, inclusive de armas, maior circulação das pessoas nessas regiões, favorecendo o aumento de conflitos. O fraco aparelhamento das polícias e a ineficiência dessas em dar respostas rápidas e legais às agressividades crescentes, as dificuldades e os entraves burocráticos para acessar o judiciário enquanto instância legal de resolução de conflito estão entre as variáveis que favorecem a impunidade.

Sobre a ineficiência do estado, vejamos extratos de uma nota¹⁶ do Ministério Público do Rio Grande do Norte, sobre a resolução de crimes de homicídio no estado potiguar.

Para o promotor [Augusto Flávio de Azevedo], os entraves ao não esclarecimento da autoria dos crimes decorrem da falência do Estado brasileiro, como ente político, da Polícia, do Ministério Público e do Poder Judiciário, que se encontra desparelhado como deve ser: enfim, é um Estado que não consegue minimamente dar uma resposta à sociedade brasileira.

E continua

Azevedo atua na 1ª Vara Criminal de Natal, onde são julgados 99% dos casos de homicídios consumados e cujos autores assumem o risco no cometimento

¹⁵ UNGEL, Cíntia Liara (op. Cit. 2015: 37)

¹⁶ <http://mp-rn.jusbrasil.com.br/noticias/1067914/investigacoes-falhas-impedem-elucidacao-de-crimes-no-rn-tn>. Acesso em março de 2016.

do delito. Se fizer uma estatística, na maior parte dos processos não tem o laudo técnico do local onde aconteceu a morte, disse ele, que continuou: “A Polícia Técnica não faz a coisa mais elementar, que é o retrato local - quase que literalmente’- para que o promotor e o juiz tenham conhecimento e identificação do ambiente onde ocorreu o crime.

A impunidade que reina em decorrência da ineficiência do estado associada aos valores e práticas viris e a uma cultura da violência disseminadas na sociedade são algumas das pistas que nos ajudam a entender o aumento exponencial da violência nas regiões Norte e Nordeste nas primeiras décadas do século XXI.

Drogas e homicídios no Brasil

Ao contrário do que querem nos fazer crer setores da imprensa e das forças policiais, a associação entre uso de drogas e homicídio no Brasil não tem uma correlação direta. A disputa por territórios de comercialização de drogas ilícitas potencializa o aumento de crimes contra a vida no Brasil. Todavia, essa potencialização não deve ser vista de maneira genérica nem exclusiva, como se o crime organizado ligado à venda de drogas ilegais fosse a principal responsável pelos casos de mortes dolosas no país. Primeiro, porque os baixíssimos índices de resolução dos homicídios no Brasil nos impedem de fazer qualquer afirmação categórica sobre o grau de responsabilidade do comércio de drogas no envolvimento com mortes. Segundo, porque o comércio de drogas ilegais atua de múltiplas formas e nem sempre as práticas de violência física fazem parte do seu *habitus*. Bourdieu (1998)

O bom trabalho de Grillo (2008) sobre o tráfico de drogas nos morros cariocas e nos segmentos de classe média carioca mostra que a sociabilidade violenta não é comum, em especial entre comerciantes e compradores de classe média. Lembremos de caso de João Estrela, representado no filme de Mauro Lima (2008) “Meu Nome Não É Johnny”, no qual o protagonista e vendedor de classe média desenvolve suas atividades comerciais sem recorrer a práticas de violência física.

Assim, não é a relação de compra e venda de drogas por si só que produz violência, mas práticas de sociabilidade violenta associadas à relação conflitual, presentes no processo de negociação que levam à violência. Ao contrário de uma análise apressada que pode nos levar a dicotomizar, pensado o comércio de drogas nas favelas como violenta e entre as classes médias como não violenta, é sempre bom considerar os contextos específicos nos quais as relações de comércio de drogas são estabelecidas como cenários propositores de relações violentas ou não, inclusive entre os grupos que

muitas vezes tratamos genericamente como classes médias ou de comerciantes nos morros/favelas/comunidades.

Ponderar a reflexão sobre as formas de atuação e sobre as práticas dos comerciantes de drogas ilícitas nos mais distintos contextos sociais constitui postura imprescindível a toda análise científica que se proponha a interpretar a realidade social da violência criminosa brasileira.

Entretanto, essa ponderação não é uma exigência que se coloca para outros segmentos sociais, a exemplo da mídia policialesca e dos setores mais conservadores da sociedade. Para esses, a ausência de investigações rigorosas e esclarecedoras sobre a relação entre drogas e homicídios não os desautoriza a fazer a correlação entre um e outro. Atribuir a responsabilidade pela maior parte dos homicídios aos atores envolvidos direta ou indiretamente com o universo das drogas é moeda corrente entre parcelas numerosas de jornalistas e policiais no Brasil. Nem mesmo a máxima que não existe crime perfeito e sim crime mal investigado serve de atenuante à produção incessante e genérica de diagnósticos que associam morte de jovens pobres ao envolvimento com drogas.

Por que isso ocorre? O estudo desenvolvido por Elias (1994) nos mostra que durante a modernidade o uso da violência física passou por ressignificações que implicaram num deslocamento de sentidos do seu uso. Durante a Idade Média o uso da violência física era moeda corrente nas relações cotidianas. Ter força, vigor e ser capaz de defender a honra enfrentando adversários e até ceifar suas vidas eram capacidades exigidas a quase todo homem naquele período. Num momento da história ocidental no qual o estado moderno não havia se constituído como instituição mediadora de conflitos nem como monopolista do uso da força física. Weber (1982), resolver os entreveros de forma direta era o que restava aos adversários. Contudo, a modernidade criou e foi criada pelo chamado processo civilizador, que no campo das sensibilidades passou a implicar na diminuição do uso direto das forças físicas para resolver diferenças entre adversários ou inimigos. Recorrer às formas indiretas e simbólicas passou a ser sinônimo de refinamento social. Por conseguinte, o uso de formas agressivas passou a ser visto como atestado de brutalidades, de selvageria, de não refinamento social.

Nesse sentido, os segmentos com mais acesso aos bens materiais e simbólicos e com mais força política passaram a usar suas batutas para reger as relações sociais no campo da violência e da criminalidade. Mesmo as punições dos criminosos foram

suavizadas, como bem mostrou Foucault (op. Cit. 1987), não para punir menos, mas para punir com mais eficiência. Os castigos físicos em princípio foram diminuídos; os corpos criminosos não mais eram decepados e sim controlados a partir de seu espírito, de seu psiquismo.

Esse é um processo ainda em curso e não por acaso, vemos nas classificações jornalistas ou policialescas uma associação entre pobreza e criminalidade violenta. Não se trata, mesmo nas percepções desses profissionais, de considerar que as classes médias e ricas não praticam violência ou crimes. A forte concentração de renda e os direitos negados a muitos trabalhadores Brasil afora são exemplos de violência e crime praticados por esses segmentos. Contudo, esses são vistos como indiretos e “suaves”, nos quais o uso da violência física não é uma marca relevante. E mesmo quando praticam atos agressivos, suas ações tendem a ser vistas como perda de autocontrole, motivo de vergonha para si e para os pares, sendo tratados como exceções. Basta que assistamos a um programa policialesco para que vejamos a “ausência positiva” da classe média nos entreveros que envolvem violência física, no máximo aparecem como vítimas, raramente como protagonistas. Assim, somos levados a crer que violência física relacionada ao uso de drogas são “exclusivos”, comuns aos moradores jovens dos bairros pobres de nossas cidades.

No fundo essas visões expressam valores morais e desejos de como devem ser as sensibilidades contemporâneas. O problema em si não está na expressão desses desejos nem nas visões de mundo que esses grupos têm, pois isso parece comum a quase todos os grupos sociais. O problema reside numa visão singular que é apresentada como verdade universal. Assim, de um lado se vende a imagem, de maneira subliminar, que boa parte dos moradores das comunidades pobres tem envolvimento com práticas criminosas e tem propensão ao uso da violência física. Inversamente, os filhos dos segmentos médios e altos são mostrados como indivíduos felizes e distantes do uso de práticas agressivas. E, eventuais envolvimento com drogas ou práticas violentas são atribuídos às características individuais do sujeito, jamais como resultado do meio no qual vivem.

As favelas, comunidades e localidades pobres são estigmatizadas como lugares perigosos, recanto de bandidos e de drogados, ao passo que os bairros das classes médias e condomínios são idealizados como lugares onde o mal e a violência são considerados fenômenos exógenos.

Essas visões estão disseminadas na sociedade brasileira e se aqui citamos diretamente a mídia policalesca e segmentos policiais é porque eles cristalizam e reproduzem essas visões de maneira singular e cotidiana, funcionando como caixas de ressonância no tocante às percepções que muitos têm da violência e das drogas.

Os grupos mais conservadores de nossa sociedade argumentam que não se trata de questão ideológica ou de estigma contra os segmentos mais pobres da população, e sim de constatar as evidências, que mostram que a maior parte dos crimes, bem como o consumo e o tráfico de drogas são perpetrados por esses grupos. Será mesmo, ou será que se trata de evidenciar as práticas violentas e os crimes praticados pelos chamados “peixes pequenos”? Em *Vigiar e Punir* Foucault (1987) observa que no seio de todo grupo social surgem indivíduos desviantes. Todavia, o tratamento dispensado aos desviantes e/ou meliantes depende de sua origem social e das forças políticas que são capazes de arregimentar. O autor chega mesmo a afirmar que ambos vão para lugares iniciados com a letra p. Os pobres vão para a prisão e os ricos vão para o poder.

Os dados disponíveis sobre o Sistema Penitenciários Brasileiro confirmam nossa assertiva a respeito do maior controle e punição aos crimes praticados pelos segmentos mais pobres. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015, existem 607.373 presos no Brasil. desses, 93,5% são do gênero masculino, 56,4% tem entre 18 e 29 anos, 67,1% são negros e 31,3% são brancos. No universo de mais de meio milhão de pessoas presas, 52,9% sequer completaram o ensino fundamental, 12,9% atingiram tal nível de escolaridade, 11,4% tem o ensino médio incompleto e 7,3% conseguiram completar o ensino médio. 1% tem o ensino superior incompleto e apenas 0,1% completou o ensino superior, ou em números absolutos 324 pessoas.

Se pensarmos o sistema penitenciário brasileiro enquanto uma rede de capturar e manter pessoas presas, veremos que ela é bem apropriada para punir a parcela que se concentra na parte de baixo de nossa pirâmide social. Os dados acima elencados mostram que quanto mais se sobe na hierarquia social, o que significa se apoderar dos benefícios da sociedade ocidental, tais como anos de estudo, posse de bens materiais, acesso a bens culturais, ser branco, etc, menores são as chances de um indivíduo se tornar preso no Brasil. Observe a enorme diferença numérica que existe entre presos

portadores de ensino superior e os que não atingiram o nível do ensino fundamental. O mesmo vale para a comparação entre presos negros e brancos.

No Brasil, como alhures, é sintomático que as prisões estejam cheias de jovens pobres, negros, com baixa escolaridade e que do lado de fora dos muros das prisões sejam seus congêneres as vítimas preferenciais de várias modalidades de vulnerabilidades socioculturais, cotidianamente reproduzidas e alimentadas de muitas formas, inclusive através de visões estigmatizadoras e de práticas homicidas. A título de ilustração das práticas discriminatórias contra negros no Brasil, reproduzo¹⁷ aqui os dizeres da pichação feita em um banheiro da Universidade Mackenzie, tradicionalmente frequentada pela elite branca de São Paulo, em outubro de 2015. A frase dizia: “Lugar de negro não é no Mackenzie é no presídio”.

Paralelamente a tolerância com os jovens desviantes e por vezes criminosos da classe média é oferecida em outro nível. Nessa rede de muitas tramas destinadas a controlar os pobres, os poucos jovens de classe média que são agarrados por ela recebem tratamento diferenciado.

Leiamos a fala da Juíza Marilena Soares sobre o João Estrela, cuja história inspirou o filme “Meu nome não é Jonny”. Diz ela: João Guilherme é a prova viva de que é viável recuperar as pessoas. É o atestado de que a nossa luta não é em vão¹⁸.

Frase incomum proferida por uma Juíza para tratar de um condenado, num país onde metade da população acredita que bandido bom é bandido morto. Mas João Guilherme Estrela “não é um qualquer”. É morador do Leblon, bairro de classe média carioca. E, mesmo que tenha sido condenado e preso por vendas de drogas, o tratamento que recebeu pós-prisão não é diferente do que recebia desde longa data das redes relacionais de seu grupo de origem. Visto como alguém incluído socialmente desde o nascimento, a condenação como traficante aparece como um hiato em sua trajetória de vida. A afirmação da juíza de que está recuperado deixa claro como são tratadas parcelas dos criminosos oriundos das classes médias brasileiras. O que em outro contexto e com outra personagem seria um mau exemplo de desvio, no caso de João Estrela ganha ares de aventura, capazes de inspirar a realização de filme, por ter

¹⁷ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/10/1691459-pichacao-racista-e-encontrada-em-banheiro-do-mackenzie-em-sao-paulo.shtml>. Acesso em março de 2016.

¹⁸ Disponível em <http://site.sppa.org.br/paginas/161/PsicanaliseeCulturaCinema>. acesso em outubro de 2015.

percorrido caminho que não estava no script do seu grupo de origem, o caminho da prisão.

A propósito, relembremos o que disse¹⁹ o Ministro da Justiça brasileira em palestra no ano de 2013, que se tivesse que ficar preso preferia morrer. Mais do que atestado das condições das prisões brasileiras, é o reconhecimento de a quem se destinam nossas prisões. Elas não são habitualmente frequentadas pelos colegas de classe de João ou do Ministro José Eduardo Cardoso. Eles não são vistos como problemas. Quando usam drogas, são tratados como usuários, dependentes químicos que precisam de ajuda; quando as vendem, são comerciantes que não recolhem impostos; quando roubam, furtam ou assaltam os bens públicos ou privados, têm desvio de conduta que precisa ser tratado, quiçá corrigido.

Maconheiro, nóia, viciado, cachaceiro, ladrão e traficante são outros. Não são apenas palavras diferentes, mas valores morais, expressões de sentimentos e práticas que motivam formas distintas de classificação.

Conclusões

É chegado o momento de retomarmos algumas questões que ficaram pelo caminho.

No Brasil a mídia policialesca alimenta cotidianamente nossos sentimentos e percepções a respeito da violência e do crime, especialmente aqueles praticados pelos segmentos mais pobres da população. Nesse cenário, as chamadas drogas ilícitas ganham relevo, pois aparecem como elementos aglutinadores de todas as mazelas ligadas às mais variadas formas de criminalidade, especialmente os homicídios.

Entretanto, o fato de consumir drogas, sejam elas lícitas ou ilícitas, não torna ninguém mais vulnerável à criminalidade, seja na condição de praticante ou de vítima, pois um maior ou menor grau de vulnerabilidade mantém relação direta com as maneiras como cada usuário estabelece com o consumo, variando desde frequência, quantidade, reações produzidas em seu organismo, etc.

Assim, as práticas de violência ligadas ao comércio de drogas devem ser interpretadas a partir das maneiras como os usuários se colocam nesse universo, bem como da dinâmica comercial que se estabelece nos circuitos de negociação e que podem ser reconfiguradas, em alguns casos, com a mesma velocidade dos atores que entram e

¹⁹Disponível em <http://oab-rj.jusbrasil.com.br/noticias/100183563/ministro-prefere-morte-a-ficar-presno-brasil>. Acesso em março de 2016.

saem dele. Nesse tipo de relações comerciais, embora existam códigos de procedimento, eles não são engessados tais como outras atividades regidas por códigos comerciais formais ou Código de Defesa do Consumidor. Igualmente, não existem instâncias intermediárias para resolver conflitos entre as partes. Aí, são os interessados que têm que encontrar o caminho de continuidade ou de ruptura nas relações.

A dinâmica do comércio das drogas também se apresenta nas formas de sociabilidade que os grupos estabelecem para resolver os conflitos. Se em muitas ela obedece a uma gramática violenta, em outras, os embates diretos e as formas agressivas são reduzidas ao mínimo necessário. Assim, numa localidade, um comprador que não paga pela transação pode sofrer agressão e ainda ser morto; em outra, ele pode pagar com outros produtos; numa terceira ele pode receber a negativa para a compra, mesmo que disponha de dinheiro.

A mesma dinâmica plural parece se estabelecer no universo do consumo, pois ao contrário do que nos afirma o senso mais comum, os usuários realizam suas atividades de maneiras distintas e com intensidades diferentes. Alguns lugares parecem funcionar como espécies de zonas francas que recebem anistia, possibilitando aos usuários consumirem livre e tranquilamente seus baratos, a exemplo das universidades e festas *raves*. Outros, ao contrário, recebem taxações negativas e frequentar tais lugares é ver recair sobre si as marcas sociais da discriminação, eis o caso das *cracolândias*. Por conseguinte, isso implica em maneiras distintas de como os usuários desses lugares são tratados pela “opinião pública”, pela polícia e pela imprensa, pois essas os enxergam e os julgam com base nos valores morais que ajudam a compor o universo das moralidades das camadas sociais mais conservadoras no Brasil.

Referências Bibliográficas

ADORNO, Sérgio. 1998. **Conflitualidade e violência**: Reflexões sobre a anomia na contemporaneidade. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 10(1): 19-47.

BOURDIEU, Pierre. 1998. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CALDEIRA, Tereza do Rio. 2000. **Cidade de Muros**. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp/Editora 34.

ELIAS, Norbert. 1994. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

ENGEL, Cíntia Liara et al. 2015. **Diagnóstico dos homicídios no Brasil : subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios**, Brasília : Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Fórum Brasileiro da Segurança Pública. 2015. **Anuário Brasileiro da Segurança Pública** 2015. Ano 9., São Paulo.

FOUCAULT, Michel. 1987. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes.

GRILO, Carolina Christoph. 2008. **O “morro” e a “pista”: Um estudo comparado de dinâmicas do comércio ilegal de drogas**. In: Dilemas, v.1, n. 1. Rio de Janeiro: 04 mai. p. 127-148.

ASVES, Ygor Diego Delgado Alves. 2015. **A Cracolândia como “communitas” e o frade craqueiro. Reunião Norte e Nordeste de Antropólogos, Maceió**.

SILVA, Vanderlan. 2011. **A lógica perversa da produção de homicídios em cidades de porte médio no Brasil**. XVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS, Recife-PE.

_____. 2009. **Violência urbana e homicídios em cidades de porte médio no Nordeste brasileiro: Mossoró**. XIV CISO – Encontro de Ciências Sociais Norte e Nordeste, Recife-PE.

RUI, Taniele. 2014. **Nas tramas do Crack**. Etnografia da abjeção, São Paulo: Editora Terceiro Nome, (Coleção Antropologia Hoje).

ANISTIA INTERNACIONAL. 2015. **Você matou meu filho!: Homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro**/Anistia Internacional. – Rio de Janeiro: Anistia Internacional.

WEBER, Max. **Ensaaios de sociologia**. 1982. Organização e introdução de H. G. Gerth e C. Wright Mills. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência: Homicídios e Juventude no Brasil** Atualização 15 a 29 anos. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República/Secretaria Nacional de Juventude/Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Filme

Meu Nome Não É Johnny. Dirigido por Mauro Lima. Brasil: 2008.

Sites

<http://www.gazetadopovo.com.br/especiais/paz-tem-voz/droga-causa-77-dos-homicidios-9dgb4ldc3wfdvkvce6rztqtzi>.

<http://fenapef.org.br/fenapef/noticia/index/44228>.

<http://mdemulher.abril.com.br/saude/soueu/entenda-como-o-crack-vicia-e-saiba-como-tratar-um-dependente>

<http://mp-rn.jusbrasil.com.br/noticias/1067914/investigacoes-falhas-impedem-elucidacao-de-crimes-no-rn-tn>